

In: Revista *Finisterra*, vol. 55-56-57. Lisboa, 2006 (pp. 77-99)

A questão social e a democracia no início do século XXI

– Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo*

Elísio Estanque

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Blogue: <http://boasociedade.blogspot.com>

Resumo

O presente artigo centra-se nas questões da democracia e cidadania, em articulação com as transformações em curso no mundo do trabalho e do sindicalismo. O objectivo é questionar até que ponto as mudanças que vêm ocorrendo na esfera socioeconómica estão a incidir no funcionamento do sistema democrático e quais os principais obstáculos que se deparam ao exercício pleno da cidadania. Trata-se de uma reflexão sociológica sobre os problemas sociais e as perplexidades sociopolíticas que atravessam as sociedades democráticas em geral e a democracia portuguesa em particular. Começa-se por discutir os conceitos de democracia representativa e participativa em articulação com a questão das classes e desigualdades sociais em Portugal e analisa-se, na segunda parte, o campo laboral e sindical, procurando questionar as tendências em curso de crescente fragilização do sindicalismo e assinalar alguns dos principais obstáculos e desafios que se deparam ao movimento sindical português.

Palavras-chave: democracia, cidadania, desigualdades sociais, sindicalismo

Introdução

A chamada “questão social” foi, como sabemos, um tema crucial no debate público do Ocidente ao longo de todo o século XIX, estando na génese do próprio nascimento das ciências sociais. Com o triunfo do capitalismo e da revolução industrial, os problemas laborais e económicos ganharam então um significado político central, intimamente associado ao protagonismo do movimento operário. É inquestionável o papel decisivo da conflitualidade social e do sindicalismo na longa luta pela construção das democracias constitucionais europeias e são conhecidos os elevados custos suportados pelas classes trabalhadoras na conquista de um modelo baseado no contrato social e nos direitos de cidadania. Muito embora as velhas bandeiras iluministas, a liberdade, igualdade e fraternidade, se tenham debatido com tremendas dificuldades e não obstante a promessa de uma “sociedade justa”, fundada nesses valores, estar

* Texto em publicação na Revista *Finisterra*.

por cumprir, pode dizer-se que as lutas sociais que atravessaram a Europa desde a Revolução Francesa não foram em vão. O progressivo reconhecimento dos direitos cívicos e políticos traduziu-se, na forma das democracias liberais modernas e sobretudo na afirmação do modelo do Estado Providência, após a II Guerra Mundial, na realização de um fantástico conjunto de direitos que beneficiaram amplamente as classes mais desfavorecidas dos países ocidentais.

Porém, o período de acelerado crescimento económico, de progresso técnico, e mesmo de euforia em torno da ideia de um desenvolvimento social irreversível, que marcou a Europa e o mundo ocidental a partir de meados do século XX, teve curta duração. Nas últimas décadas, sobretudo desde meados dos anos 80, assistiu-se ao esgotamento da velha relação salarial *fordista*, o Estado-providência entrou em crise e o chamado modelo social europeu está em risco de colapsar. Com as mais recentes tendências de globalização das economias, o aumento da competitividade, a abertura das fronteiras do comércio mundial, expandiu-se uma nova onda liberal, largamente apoiada na inovação tecnológica e na revolução informática, que, por um lado, faz reemergir velhos problemas sociais e, por outro, lhe acrescenta novos. As profundas transformações em curso estão a promover novas contradições e desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas em todos os domínios, com resultados impressionantes na recomposição e *des-standardização* das formas tradicionais de trabalho. Os contrastes entre pólos de desenvolvimento e zonas de exclusão e de miséria são hoje mais chocantes do que no passado. Assim, a globalização, longe de ser um processo linear e homogeneizante, é cada vez mais polimórfica e repleta de riscos, vulnerabilidades e injustiças sociais. A recomposição do mercado de trabalho coloca os sectores qualificados, que lidam com as novas tecnologias, lado a lado com situações de grande precariedade e até de “neo-escravatura”. As lógicas de localização são o outro lado da moeda da globalização. As novas formas de exclusão e exploração são o reverso dos novos privilégios e oportunidades (Beck, 1992 e 2000;

Ruyseveldt e Visser, 1996; Castells, 1999; Burawoy, 2000; Appadurai, 2001; Hyman, 2002; Visser, 2004).

Ora, é justamente porque nos tempos que correm, nos princípios do século XXI, velhos e novos problemas sociais deste teor voltam a ganhar relevo que faz sentido reflectir sobre eles. Embora se trate de questões abundantemente debatidas, elas assumem hoje uma nova actualidade e por isso é necessário abordá-las à luz das profundas transformações que entretanto ocorreram nas sociedades actuais, mas sem esquecer a experiência histórica do passado recente.

No presente artigo, pretendo sobretudo questionar até que ponto as mudanças em curso na esfera socioeconómica estão a incidir no funcionamento do sistema democrático e quais os principais obstáculos que se deparam ao exercício pleno da cidadania. Procurarei reflectir criticamente em torno destas temáticas, tendo em conta as inquietações que atravessam as sociedades democráticas em geral e a democracia portuguesa em particular. Vivemos hoje mergulhados em inúmeras perplexidades perante o risco de exaustão dos modelos clássicos de organização económica e política. Os cidadãos afastam-se e desinteressam-se do debate público e até da participação cívica. Os sistemas de democracia representativa revelam fragilidades onde ainda há poucos anos pareciam fortes e irreversíveis. A política tornou-se, perante o comum dos cidadãos, uma actividade suspeita, sinónimo de oportunismo e de corrupção, onde antes era fonte de respeito e de prestígio. É, pois, fundamental repensar estas temáticas, procurando diagnosticar alguns dos desafios com que hoje nos deparamos a este respeito.

Começarei por discutir, na primeira parte, os conceitos de democracia representativa e participativa em articulação com a questão das classes e desigualdades sociais em Portugal, prestando particular atenção às novas linhas de segmentação de classe e às subjectividades relacionados com a noção de “classe média”, sem esquecer as alterações em curso nas relações laborais e no plano socioeconómico mais geral. Na segunda parte, o texto centra-se na

questão sindical, procurando analisar as tendências em curso de crescente fragilização do sindicalismo e assinalar alguns dos principais desafios que se deparam ao movimento sindical português. A partir destas diferentes dimensões será então possível retirar algumas conclusões acerca das dificuldades de promover uma esfera pública mais dinâmica, com maior envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil, capaz de inverter o actual ciclo de indiferença, pessimismo e apatia que em diversos campos restringe e inibe o exercício dos direitos democráticos.

1. Democracia representativa e participativa

Falar de democracia remete-nos para o modelo da Grécia clássica, que está na génese da civilização europeia. Embora apoiada numa concepção restrita e elitista de cidadania, a democracia grega continha, apesar disso, elementos comunitaristas e participativos em que, no espaço da *polis*, o autogoverno e o princípio da rotatividade eram estimulados. Formas de democracia representativa e também de democracia participativa tiveram aí a sua origem. Foi também aí que os primeiros demagogos (como Cléon) mostraram pela primeira vez o perigo do populismo e os efeitos nefastos da retórica, na sua capacidade de perverter a democracia e de manipulação da vontade popular.

Com o advento da modernidade, porém, a democracia liberal (e o correlativo conceito de cidadania restrita e individual, limitada, na prática, ao direito de voto) que se impôs no mundo ocidental apoiou-se na racionalidade individualista, em ruptura com as formas clássicas de participação. A busca de consenso, ao longo dos séculos XIX e XX, assentou numa tirania da razão economicista. O consenso burguês estruturou-se largamente em torno da recusa da ideia marxista de revolução e da utopia socialista. Primeiro, com base no puro princípio mercantilista, e mais tarde apoiado na acção estatal, promoveu-se um contrato social que resultou, principalmente a partir de meados do século XX, no apaziguamento das lutas operárias e na institucionalização da democracia representativa, tornado o modelo universal, sobretudo com o triunfo do Estado-providência europeu (Santos, 1994). Este modelo hegemónico assentou em dois

pressupostos: por um lado, a necessidade de retirar qualquer papel à mobilização de massas e à acção colectiva na construção democrática; e por outro, a sobrevalorização dos mecanismos de representação numa espécie de solução elitista para a democracia moderna.

Na perspectiva liberal (Hans Kelsen, Schumpeter, N. Bobbio e outros), a tomada de decisões não pode contemplar a soberania popular na medida em que, segundo tal ponto de vista, as camadas populares cedem a impulsos irracionais e, em política, comportam-se de maneira quase infantil. A ideia de incapacidade do povo e da inoperância de formas de cidadania activa baseou-se ainda no poder atribuído à burocracia (M. Weber, R. Michels, etc) – quer porque a complexidade social era cada vez maior e exigia, por isso, que os procedimentos decisórios fossem assegurados pelos eleitos, quer porque seria inevitável uma crescente perda de controlo das instituições democráticas, entregues a regulamentos impessoais e aos burocratas, especialistas no seu manuseamento. Assim, uma concepção de soberania *ascendente*, ou seja, o controlo dos governos pelos governados, cedeu o passo à ideia de uma soberania *descendente*, isto é, o controlo dos governados pela burocracia. Trata-se, portanto, de uma *lei de bronze* que remete o povo, e mesmo as bases dos partidos políticos, para a sua inelutável condição submissa e conformista (Michels, 2001). Se já nas primeiras décadas do século XX e sobretudo ao longo dos anos 60, com a emergência dos novos movimentos sociais, as restrições à democracia radicadas no próprio sistema de representação foram abundantemente criticadas, nas últimas décadas assiste-se a uma crise de credibilidade da política e das instituições democráticas no mundo ocidental que nos obriga a repensar o seu funcionamento e procurar novas soluções para o exercício da cidadania.

Mesmo as visões mais optimistas acerca da gestão burocrática das instituições perceberam a dificuldade destas em lidar com a criatividade. De facto, os sistemas burocráticos que se expandiram sobretudo na Europa do pós-guerra tendem a responder uniformemente a problemas diferenciados e, dessa forma, vêem-se impedidos de encontrar soluções plurais para sistemas que

contêm no seu seio uma vasta diversidade de saberes e conhecimentos. E é aí que reside a necessidade de proceder a arranjos participativos, ainda que num quadro institucional fundado na legitimidade da representação.

As condições de exercício da democracia participativa podem, assim, assumir-se como o tónico necessário capaz de evitar a esclerose vertiginosa em que repetidamente se deixam enredar os *consensos* da democracia representativa, em especial na sua versão mais liberal e elitista. A crise de contratualização, que está em curso nas democracias modernas no quadro da globalização neoliberal, consiste na aparência de compromissos, através de condições impostas ao parceiro mais fraco do contrato (Santos, 2006: 304). Daí o desmantelamento do contrato social e o crescimento desregulado das subclasses e dos sectores excluídos, que se traduzem no enfraquecimento da democracia representativa e na dificuldade de pôr em prática a sua variante participativa. Com efeito, as oligarquias instaladas nos sistemas democráticos representativos – e nas burocracias que lhes dão suporte – só podem ser combatidas com base em formas de participação democrática que recuperem o princípio da “autorização” através da rotatividade. Esta, porém, só terá lugar se os sectores organizados da sociedade civil se mobilizarem, pressionando as lógicas aparelhistas e exigindo mais democracia interna no funcionamento dos partidos e outras estruturas associativas.

A renovação dos órgãos dirigentes poderá ser um primeiro requisito para a revitalização da democracia e para a credibilidade da política, mas não é suficiente. A democracia pressupõe indeterminação, pelo que há necessidade de uma permanente reinvenção, quer das formas do discurso público quer da prática política. Mesmo a versão mais liberal de democracia assenta na visão ontológica de que a opinião própria vale tanto como a alheia, e de que a verdade absoluta não existe, embora tal princípio seja sempre subvertido na prática. É nesse sentido que a verdadeira democracia implica procedimentos em que a criação da norma tem de resultar sempre de uma sequência de discursos e réplicas. Porém, tais procedimentos só podem ter eficácia se – como propõe Habermas (1987 e 1998) – pudermos desenvolver espaços e condições que

permitam a possibilidade do “agir justo”, isto é, condições em que o discurso crítico e a luta argumentativa estejam resguardados dos constrangimentos e relações de poder habituais, e em que os sujeitos individuais suspendam momentaneamente os seus interesses. Díficeis condições, é certo, mas pelas quais valerá a pena lutar, desenvolvendo projectos e acções viáveis, orientadas por um princípio de “reformismo radical” que exija das instituições democráticas a realização, e se possível a amplificação, das suas promessas.

Perante o evidente desgaste, senão mesmo a crescente exaustão dos regimes democráticos formais, é cada vez mais urgente que a cidadania cívica e política se projectem numa nova dimensão. Isso exige a reinvenção de novas formas e mecanismos de exercício dos direitos cívicos e políticos. Requer novas concepções de construção da cidadania e da esfera pública democrática. Para tanto, importa promover a recuperação do sujeito social activo, ou seja, promover uma ruptura com o individualismo conformista e consumista que a racionalidade moderna produziu (com o triunfo do capitalismo) e que o neo-liberalismo vigente tem vindo a expandir à volta do globo nas últimas décadas.

Do ponto de vista das ciências sociais, o indivíduo enquanto unidade desligada do colectivo, ou como essência independente e auto-determinada, não passa de uma mistificação. É essa a perspectiva que subscrevo. O sujeito social, a pessoa, constrói-se na relação com os outros e é moldado pela experiência auto-reflexiva através de uma pluralidade de “superfícies discursivas” (Habermas, 1987) que emanam dos contextos sociais e das experiências partilhadas em colectividade. Os défices de autonomia e de iniciativa individual que têm sido repetidamente diagnosticados na sociedade portuguesa devem-se, portanto, não a uma qualquer essência individualista dos portugueses, mas sim ao clima de constrangimentos e de medos que tem vindo a expandir-se nas estruturas sociais, designadamente no campo laboral.

O peso dos micropoderes nas instituições burocráticas e nas empresas continua a alimentar múltiplas situações de opressão que asfixiam a dignidade individual, a autonomia e a criatividade de cada um. Quer enquanto trabalhador quer enquanto cidadão, o sujeito individual é suprimido ou esconde-se no

anonimato e na esfera privada, o que, por sua vez inibe a emergência de novos sujeitos colectivos. Porque sem liberdade e iniciativa individual não é possível construir empresas competitivas, comunidades cosmopolitas e uma “esfera pública” dinâmica e exigente. Nessa medida, o sujeito social activo só pode sê-lo se for simultaneamente um sujeito político, que questione e interpele os poderes instalados. Por isso, à velha tensão entre público/ privado deve contrapor-se que as escolhas e opções privadas contaminam e modelam os desempenhos públicos. E à dicotomia liberdade/ igualdade deve contrapor-se uma exigência de liberdade sempre que a igualdade se torne opressora, e uma exigência de igualdade sempre que a desigualdade seja exploradora ou excludente (Santos, 2006).

Deste modo, a cidadania social que precisamos de construir para o século XXI terá de ser mais do que uma síntese entre a cidadania cívica do século XIX e a cidadania política do século XX. Importa, para tal, ultrapassar essa divisão tradicional e passar a exigir uma nova politização da sociedade civil, ou seja, uma cidadania que seja simultaneamente social e política. E esta só se consegue com novos agentes, novos discursos e novas acções, que apostem num radicalismo reformista e transformador das instituições e da sociedade, e que assente na ampla participação dos cidadãos e na mobilização dos grupos organizados, dos movimentos sociais e das associações de todos tipos.

Em Portugal, os défices democráticos são conhecidos a muitos níveis. A cultura democrática é ainda demasiado incipiente e abundam as situações de desrespeito pelos direitos mais elementares. As violações, os abusos, as agressões à dignidade do indivíduo, a insensibilidade perante a justiça social e humana, a existência de medos no quotidiano de trabalho, nas instituições e organizações (públicas ou privadas) ilustram suficientemente a inefectividade dos direitos de cidadania e a fragilidade da nossa democracia, com especial incidência no campo laboral (Ferreira, 2005; Santos, 2006).

2. Democracia e desigualdades sociais em Portugal

O problema da cidadania e as dificuldades que se levantam ao seu exercício pleno – mesmo no contexto estrito da Europa ou do Ocidente – estão intimamente relacionados com o problema das classes e das desigualdades sociais, como há mais de meio século foi explicado por T. H. Marshal (1977). No nosso país, a questão assume, evidentemente, as especificidades próprias de um país periférico da Europa, cujos processos de industrialização e democratização foram particularmente tardios (Santos, 1993; Cabral, 1997).

Como sabemos, com a institucionalização democrática (1974) e a entrada na Comunidade Europeia (1986) Portugal encetou uma nova e promissora etapa na via da modernização do país, procurando ao mesmo tempo aproximar-se dos padrões europeus de desenvolvimento e reduzir as gritantes desigualdades e injustiças sociais para que as nossas elites nos remeteram ao longo dos séculos. Com o fim do Estado Novo e a integração – pelo menos em tese – no grupo dos países desenvolvidos da Europa, teremos nós conseguido reduzir substancialmente essas desigualdades? Haverá hoje mais igualdade de oportunidades?

Ao longo do século XX assistiu-se nas sociedades industrializadas a uma evolução da estrutura das classes sociais em que, em vez dos muito poucos no topo e a esmagadora maioria do povo na base, cresceram a pouco e pouco as camadas intermédias. No caso português estas alterações estruturais verificaram-se apenas a partir da fase final do salazarismo, e sobretudo após a Revolução do 25 de Abril de 1974. Até então, a burguesia agrária e alguns sectores protegidos pelo Estado Novo (como o clero, as altas patentes militares, os dirigentes políticos e da administração pública, etc.) monopolizavam todo o prestígio, poder e riqueza (Santos, 1990; Martins, 1998). A industrialização expandiu-se tardiamente e o crescimento das classes trabalhadoras urbanas – primeiro o operariado e mais tarde os funcionários do terciário – só nos anos 70 tiveram o seu primeiro grande impulso em Portugal. Com a instauração da democracia, a “classe média” urbana – isto é, os segmentos compostos por funcionários, quadros intermédios, trabalhadores qualificados do terciário, empregados dos serviços administrativos dos sectores público e privado, as

novas profissões liberais, professores, médicos e enfermeiros e todo um conjunto de camadas sociais cujos padrões de vida e condição profissional se distanciam dos trabalhadores manuais – cresceu rapidamente, associada ao crescimento do Estado Providência, reforçando a chamada *classe de serviço*.¹ Ao mesmo tempo, a partir de finais de princípios da década de 1980, começou a notar-se uma tendência de estagnação (e mais recentemente de redução) do operariado industrial.

Se as desigualdades sociais fornecem indicações preciosas para compreendermos a questão da cidadania e da participação cívica, importa lembrar que um dos principais campos de intervenção e de luta pelos direitos é o do sindicalismo. Assim, as mutações a equacionar na estrutura de classes portuguesa remetem directamente para as diferentes condições sociais e capacidade organizativa de segmentos distintos do campo profissional. Por exemplo, a evolução das taxas de sindicalização dos trabalhadores portugueses ao longo das décadas de 80 e 90 do século transacto mostra que enquanto se assistia ao progressivo declínio da filiação sindical do sector operário, os sectores profissionais da chamada classe média reforçaram essa filiação, em especial nos campos da educação, da saúde e da administração pública (Cerqueira, 1997).

Principalmente desde inícios da década de 90, e como resultado da liberalização do comércio mundial e da crescente globalização da economia capitalista, os assalariados manuais, os velhos “colarinhos azuis” que durante mais de cem anos alimentaram o movimento sindical, viram-se progressivamente remetidos a uma condição de absoluta dependência e fragilidade (Cabral, 2004). Os que antigamente personificaram o “hipersujeito” da

¹ O conceito de *classe de serviço*, inspirado nas abordagens de David Lockwood (1966), foi formulado por Erikson e Goldthorpe nos seguintes termos: “os empregados prestam um serviço à empresa empregadora em troca de ‘compensações’ que tomam a forma não apenas de uma recompensa salarial, com todos os seus pré-requisitos, mas que incluem também importantes elementos prospectivos – por exemplo, aumentos salariais em condições estabelecidas, condições de segurança e assistência, quer no emprego quer através de direitos de protecção na reforma e, acima de tudo, oportunidades de carreira bem definidas” (Erikson e Goldthorpe, 1992: 41-42).

emancipação social ou a “vanguarda” da revolução, estão agora paralisados pelo medo de perder o emprego. Daí a perda de vitalidade do sindicalismo, que se debate com inúmeras dificuldades (como mostrarei no último ponto deste artigo). Ao cenário geral de fragmentação e precariedade da força de trabalho, somam-se ainda os problemas que radicam na incapacidade de renovação e de transnacionalização da acção sindical. Enquanto na escala global se intensificam os ritmos de mobilidade e de deslocalização do capital e das grandes empresas, os trabalhadores tornam-se reféns da precariedade e do espectro do desemprego, impotentes perante a voracidade lucrativa e obrigados a jogar o jogo da aceitação e do “consentimento” (Burawoy, 2000). Para além das novas linhas de segmentação e fragmentação da classe trabalhadora tradicional (mesmo entre os sectores ainda incluídos), cavaram-se novas divisões. Por um lado, estimularam novos sectores privilegiados, que passaram a operar na escala transnacional, que noutro texto designei por “sobreclasses”, e, por outro lado, aumentaram os segmentos das “subclasses”, que são cada vez mais localizadas e estão, por assim dizer, de “fora” da estrutura convencional das classes (Estanque, 2004 e 2005).

Embora deva referir-se que os trabalhadores e a “classe baixa” portuguesa em geral, melhoraram razoavelmente as suas condições de vida nos últimos 30 anos, não pode daí concluir-se que as desigualdades sociais se reduziram. Pelo contrário, as elites e os sectores privilegiados da “classe alta” e “média-alta” têm vindo a distanciar-se dos níveis de vida das classes média e baixa. O processo é, todavia, complexo e contraditório. Se é verdade que a “classe média” portuguesa cresceu nos últimos trinta anos, ela tornou-se ao mesmo tempo internamente diferenciada e cada vez mais instável. Uns estratos sobem outros descem e proletarizam-se, enquanto a classe trabalhadora manual luta desesperadamente para se manter “incluída”, isto é, tenta defender o emprego. A importância da classe média, em Portugal, mede-se mais pelo seu papel enquanto referência simbólica no imaginário colectivo, do que por ser um segmento social consistente e dotado de índices elevados de bem-estar. Apesar de objectivamente frágil e instável, a ideia difusa de um padrão de vida de

“classe média” opera no subconsciente da classe trabalhadora levando alguns dos seus sectores, mesmo entre aqueles que se inserem em posições precárias do operariado manual, a identificarem-se subjectivamente com aquela categoria. Este fenómeno, que já identifiquei como “efeito classe média” tem consequências sociais significativas, em especial no plano das atitudes e da participação cívica (Estanque, 2003 e 2005).

Há muito que as ciências sociais observaram na vida social moderna a força do impulso que leva os indivíduos a procurar a diferenciação. Mesmo as lutas sociais do operariado dos séculos XIX, embora fundadas no princípio discursivo da igualdade “de classe” contra a exploração, foram, como mostrou a historiografia inglesa, largamente fundadas em culturas comunitárias de base local e, portanto, dinamizadas com base em identidades específicas (Thompson, 1987; Jones, 1989; Tilly, 1996). Mas, é sobretudo entre as camadas ricas e remediadas – as fracções de “classe média”, “média-alta” e “alta” – que a lógica da diferenciação é mais abertamente conduzida segundo o princípio individual, se bem que suportada por identificações colectivas circunscritas a grupos sociais particulares. Aqueles que conseguiram “descolar” da condição mais baixa ou subir dos estratos intermédios para os superiores esforçam-se por assegurar para si e para os seus descendentes um estatuto de privilégio, preservando-o na sucessão das gerações.

É certo que o nível educacional que se consegue alcançar (o diploma) constitui hoje um factor decisivo, que favorece a mobilidade social, ou seja, as pessoas oriundas de diferentes origens sociais, quando conseguem frequentar as mesmas universidades e os mesmos programas de mestrado ou doutoramento (por exemplo), partilham interesses intelectuais comuns, e tudo isso facilita a mobilidade social ascendente, nomeadamente através de casamentos interclassistas (Mendes, 2001; Estanque e Nunes, 2003). No entanto, só aparentemente o título académico é um factor nivelador. A abertura das fronteiras de classe não é generalizável.

O próprio acesso aos diplomas académicos mais elevados e exigentes obedece sempre a uma lógica selectiva. Logo, é fortemente condicionado pela classe de nascença (especialmente pelo volume de capital cultural, e de recursos económicos e educacionais dos próprios pais). O grau de licenciatura, por exemplo, vem perdendo valor distintivo à medida que o título de “Dr” se banaliza. A tendência será para que as famílias das elites pressionem e criem condições para que os seus filhos alcancem graus académicos mais avançados e frequentem escolas mais exigentes (e mais caras). Esta é uma forma de criar novas e sucessivas barreiras, de modo a que atravessá-las seja sempre mais difícil, pois os critérios de selecção pautam-se pela obediência aos valores definidos pelas próprias elites e adequados aos seus interesses específicos. Criam-se, assim, espaços e estilos de vida restritos e exclusivos, que se fecham aos que estão de fora: em especial àqueles que – sendo embora parte da classe média – têm raízes nas classes mais baixas. De facto, quanto mais nos aproximamos dos estratos sociais do topo mais difícil se torna aceder ao escalão seguinte. Ou seja, o crivo da selectividade vai-se apertando à medida que subimos cada degrau da hierarquia da estratificação.² A retórica da igualdade de oportunidades não passou até agora disso mesmo, inclusive no nosso país. Os processos de recomposição social em curso assentam numa lógica segundo a qual mesmo aqueles (poucos) que chegam às elites pelo seu talento “fecham as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu *status*. Os que lá chegaram por ‘mérito’ passam a querer ter tudo o resto – não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora” (Dahrendorf, 2005). Assim, pode dizer-se que o princípio da “meritocracia” que as sociedades ocidentais tanto invocam, ainda não funciona ou funciona

² Segundo estudos recentes do Eurostat e do PNUD (Nações Unidas), Portugal é dos países europeus onde a desigualdade social é maior. Além disso, a diferença entre a camada mais rica e a mais pobre tem vindo a aumentar. Em 1995 a diferença era de 7,4 vezes maior rendimento para os 20% mais ricos (em comparação com os 20% mais pobres); em 2000 baixou para um diferencial de 6,4 vezes; e em 2003 voltou a agravar-se para 7,4 vezes a favor dos mais ricos (PNUD, 2004). Os elevados valores da desigualdade (medida pelo índice de Gini), colocam Portugal próximo de países como a Tanzânia e Moçambique, além de que cerca de 20% da população vive ainda no limiar da pobreza, aumentado as bolsas de exclusão, a precariedade no emprego e o sobre-endividamento das famílias.

escassamente em Portugal. Em vez disso, funcionam e parecem cada vez mais fortes as influências das redes de “capital social”, as cumplicidades e trocas de “favores”, o que, no caso português em particular, dá lugar a uma mentalidade algo anacrónica, marcada pela dependência servil dos indivíduos, pelo medo do poder e a bajulação de quem o personifica em cada contexto. Daí deriva também a falta de autonomia e de sentido de risco dos portugueses, o que se prende com a sua fraca participação no activismo cívico e político.

As percentagens de filiação quer em associações quer em partidos políticos decresceu substancialmente desde o início da década de 1990, apresentando Portugal as mais baixas taxas associativas em comparação com a União Europeia e a variação verificada ao longo dessa década é de decréscimo, ao contrário das médias europeias (Delicado, 2003). Estas tendências de redução dos índices de associativismo, ocorreram também no campo sindical. Segundo os últimos dados sistemáticos que se conhecem, entre 1990 e 1997 a taxa de sindicalização em Portugal passou de 31,7% para 24,3%, uma das mais baixas da União Europeia (UE 15), apenas à frente da França e da Espanha (Visser, 2004). E recorde-se que na segunda metade da década de 1980 a média de sindicalização para os trabalhadores por conta de outrem era de 44% e na primeira metade dessa década era de 59% (Cerdeira, 1997). Ao mesmo tempo que as taxas de filiação decresceram, aumentou o número de sindicatos, que subiu de 321 em 1990 para 347 em 2005 (Dornelas, 2006: 67).

3. Fragilidades e desafios do sindicalismo português

Se as questões da cidadania e da democracia se colocam em todos os campos da vida social, o campo laboral é sem dúvida um dos mais decisivos. Efectivamente, no actual contexto de globalização, os processos de transformação que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, têm vindo a restringir o campo de acção dos trabalhadores, desrespeitando permanentemente os direitos consagrados e enfraquecendo o direito do trabalho, que tradicionalmente protegia os assalariados. O poder crescente do capital parece hoje colocar-nos

novamente numa situação semelhante à dos tempos “satânicos” de Marx, à medida que a mítica classe operária se desagrega e não surge no horizonte nenhuma outra entidade capaz de congregar a unidade dos assalariados (Méda, 1999; Hyman, 2002; Frege e Kelly, 2004).

Como é sabido, o movimento sindical tende a deixar de ser predominantemente de base operária, à medida que as sociedades se terciarizam, e esta é uma tendência que se verifica também em Portugal. Mas importa ter presente o papel histórico do movimento operário, visto que foi ele que, pelo menos até aos anos sessenta – e, no caso português, até um período mais recente –, alimentou as bases sociais do sindicalismo e são essa referência e essa memória que continuam a marcar o discurso e as propostas de acção de uma larga corrente do sindicalismo português. Podemos dizer que esta concepção continua a apoiar-se numa visão do mundo laboral fixada nas velhas contradições de classe, herdada do marxismo estruturalista que hegemonizou o discurso público em Portugal no pós-25 de Abril de 1974.

É hoje unanimemente reconhecido que esta visão deixou de adequar-se à realidade do mundo laboral. Ou seja, muito embora as classes sociais estruturadas a partir da esfera produtiva continuem a fornecer a principal base das desigualdades, o certo é que, como quase todos os estudos comprovam (Estanque e Mendes, 1998; Pakulsky e Waters, 1996; Wright, 1985 e 1997), a classe deixou há muito de ser o determinante principal do conflito político. Num quadro de crescente globalização e individualização das relações sociais, as clivagens de classe produzem simultaneamente antagonismos de interesses e *relações de consentimento* a partir da produção, sejam elas fundadas em regimes de tipo hegemónico ou de tipo despótico (Burawoy, 1985). Se, até aos anos sessenta, a luta de classes conduzida pelo movimento operário nos países industrializados teve um amplo significado social e político, foi porque havia condições para construir culturas operárias fortes, sob a forma de comunidades de resistência ou emancipatórias, as quais entretanto se esbateram ou se extinguíram por completo. O tradicional sistema de produção *taylorista* e o modelo de regulação *fordista* começaram a cindir-se e a fragmentar-se, fazendo

emergir formas de trabalho mais desreguladas e inseridas num quadro social mais marcado pela terciarização do emprego e pela expansão dos consumos de massa (Castells, 1999; Costa, 2005; Estanque, 2004; Herod, 2001; Moody, 1997; Murillo, 2001, Waterman, 2002).

O caso português transporta, no entanto, singularidades que importa reter. Desde logo, uma industrialização tardia e incipiente e um Estado-providência que só no pós-25 de Abril de 1974 pôde expandir-se. A afirmação plena do movimento sindical português ocorreu, como se sabe, num contexto revolucionário em que a linguagem de classe hegemonizou o debate público e os movimentos populares se tornaram a principal fonte de legitimidade política. Por um lado, o discurso marxista focalizado num modelo de socialismo que parecia surgir ao virar da esquina conduziu as lutas operárias na segunda metade da década de setenta sob forte influência da extrema-esquerda e do Partido Comunista, consolidando a força da CGTP-Intersindical.

Por outro lado, o sindicalismo reformista da UGT, que se afirmou em oposição àquela corrente (por iniciativa dos dois grandes partidos de poder, PS e PSD) no seguimento da luta vitoriosa contra a chamada “unicidade sindical”, e começou a captar apoios entre o sector dos serviços, e mais tarde também noutros sectores, assumindo-se como parceiro privilegiado do diálogo social. No quadro das profundas clivagens político-ideológicas instaladas a partir de 1974-75, as divisões no plano sindical desenvolveram-se, em larga medida, como reflexo da actividade partidária e consequente disputa pela hegemonia no seio das estruturas de cada uma das centrais. Um processo, aliás, que se mantém em aberto e vem ganhando novos contornos à medida que as dificuldades do sindicalismo se avolumam perante a necessidade de novas respostas e de consolidação de maior autonomia relativamente à influência dos partidos (Castanheira, 1985; Cerdeira, 1997; Costa, 2004; Lima, 1991; Lima *et al.*, 1992).

Com a perda de vitalidade do velho modelo de acção sindical, centrado na mobilização operária – e sobretudo à medida que cresce o sector terciário, ou seja, a chamada *classe de serviço* – assistiu-se a um declínio progressivo das taxas de filiação sindical. Mas nos sectores dos serviços administrativos e do

funcionalismo público, e também na banca e seguros, esse decréscimo foi bem mais atenuado do que na indústria (Cerdeira, 1997). Ao mesmo tempo, o crescente protagonismo no plano institucional conferiu ao movimento sindical um novo papel no desenhar das grandes reformas sociais, processo este que ocorreu de par com a perda de capacidade de mobilização. O campo laboral tem vindo a alterar-se de tal forma que muitas vezes os efeitos mais visíveis dessa mudança escondem a natureza estrutural e sociológica que está na sua génese. Não raramente os agentes económicos e os actores sindicais encaram o presente do ponto de vista dos objectivos imediatos e com base em perspectivas fundadas em paradigmas desajustados da realidade social concreta.

Ao longo das últimas décadas, as conquistas dos trabalhadores e do movimento sindical tradicional cederam, na prática, às pressões da lógica cooptativa, integrando-se na própria dinâmica do sistema, ou seja, deixaram-se absorver pela lógica de regulação, passando a fazer parte da própria actividade do Estado (Santos, 2001, 2004; Ferreira, 2005). Efectivamente, a institucionalização da concertação social e a participação sindical nos processos de negociação e diálogo social, sobretudo a partir dos anos oitenta, favoreceram o desenvolvimento de lógicas neocorporativistas³ de acção por parte de muitos sindicatos. Significa isto que, na prática, a força dos aparelhos tornou-se tanto maior quanto menor passou a ser a margem de manobra dos respectivos associados. Tais situações contribuíram fortemente para inibir a participação e dificultar a penetração do discurso e da actividade dos sindicalistas junto da sociedade e dos segmentos mais frágeis da força de trabalho.

Como referi antes, a reestruturação das classes sociais na sociedade portuguesa está longe de se traduzir numa evolução paulatina com a passagem de um modelo agro-industrial para uma sociedade de serviços. A recomposição em curso exprime, sim, a enorme complexidade de uma sociedade em *transição problemática*, atravessada por múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais, que aliás se vêm acentuando.

³ Estruturadas a partir da negociação e do compromisso entre a acção do Estado e o associativismo, em nome do interesse nacional. Ver, a propósito das discussões em torno do neocorporativismo, Lucena (1985), Offe (1984) e Schmitter e Lehbruch (1979).

Nos anos mais recentes a lógica das mudanças estruturais – associada à abertura dos mercados, à competitividade, à privatização de serviços, à fragmentação, encerramento e deslocalização de empresas – parece estar a *empurrar para baixo* diversos sectores da força de trabalho, inclusive os das “classes médias” que aparentemente já teriam descolado da velha condição empobrecida em que se encontravam. As velhas clivagens mantêm-se, juntando-se-lhes agora as novas. E perante isto a acção sindical tem sido incapaz de pôr no terreno iniciativas que mobilizem os sectores mais precários, mais carenciados e mais jovens. Estes, deixados ao abandono e absolutamente dependentes do poder de hierarquias “sindicalofóbicas” e das novas formas de hiperexploração – que reinam, por exemplo, nos *call centers* e em muitos outros contextos laborais onde o contrato individual precário se tornou a regra –, simplesmente abdicam de procurar a filiação sindical e não acreditam no sindicalismo.

Deste modo, pode dizer-se que as hesitações, dificuldades e dilemas do sindicalismo português se ligam directamente aos processos de fragmentação de classes que referi anteriormente, em particular aqueles que vêm dando lugar a novas diferenciações entre fracções de classe média – função pública, professores, bancários, médicos, enfermeiros, juízes, etc. – cujas lutas em torno de problemas ligados às carreiras, condições de trabalho e *status* profissionais interferem nos processos organizativos e nas propostas do sindicalismo no seu conjunto. Embora ainda sob a roupagem militante de um sindicalismo que se assumiu como porta-voz e em nome da unidade mítica da classe trabalhadora (cujos fundamentos remetem para a defesa dos interesses políticos da vanguarda operária), os objectivos e a capacidade reivindicativa são de facto expressão de lutas pelos interesses da “classe profissional” X ou Y. A diversidade de lógicas e formas de acção do campo sindical é, pois, cada vez mais evidente. É o resultado da drástica segmentação das categorias sócio-profissionais, formas contratuais, qualificações, vínculos precários, enfim, da instabilidade geral que caracteriza nos últimos anos o mundo laboral.

O sindicalismo permanece forte em alguns sectores do funcionalismo e dos serviços, não devido à persistência de um discurso “classista” de resistência – só na aparência congregador da classe trabalhadora no seu conjunto –, mas porque muitas vezes assenta na defesa de interesses particularistas cujo sucesso se deve principalmente à força dos grupos de pressão que o apoiam e à sua capacidade negocial com o poder político. As estruturas dirigentes de muitos sindicatos, sobretudo nos sectores de classe média onde a expansão do Estado teve maior incidência, tendem a dedicar mais tempo e recursos a defender os segmentos mais estáveis, a desenvolver acções de prestação de serviços, a disponibilizar suporte jurídico e outras actividades técnicas, do que a pensar e reflectir sobre os problemas estruturais do emprego ou a desencadear estratégias de acção dirigidas à defesa dos sectores mais vulneráveis e explorados da força de trabalho. Enquanto estes se desfiliam ou não chegam a filiar-se, os grupos que dispõem ainda de emprego seguro, embora cada vez mais em quebra, mantêm uma significativa influência e capacidade negocial.

Conclusão

É sabido que os processos de recomposição e mudança estrutural da democracia portuguesa foram desencadeados na base de uma estreita conjugação – se bem que permeada por múltiplas tensões e conflitualidades – entre formas de participação activa dos movimentos populares e as instituições democráticas emergentes na sequência do período revolucionário subsequente ao 25 de Abril de 1974. Mas a estabilização do regime, à medida que se consolidou, conduziu a uma crescente indiferença dos cidadãos perante o sistema político, reduzindo o exercício da cidadania ao nível mínimo do direito de voto, e mesmo esse acompanhado de um crescente abstencionismo.

Apesar das lutas sociais e laborais terem decorrido sob a permanente redefinição das posições de *status* entre diferentes categorias sociais, a mobilidade social foi escassa e as desigualdades sociais permaneceram ou agravaram-se. Se é verdade que aumentaram as oportunidades e melhoraram as condições de vida dos estratos mais baixos em comparação com os padrões

do passado, também é verdade que os mecanismos de fechamento por parte dos segmentos privilegiados se mostraram suficientemente poderosos para secundarizar o critério do mérito e manter as distâncias sociais.

Porém, a acção colectiva nas últimas décadas limitou-se praticamente ao movimento sindical e aos partidos políticos, que, aliás, em boa medida o têm procurado instrumentalizar. Os movimentos sociais são frágeis e escassos. Há um défice de aproveitamento dos novos recursos hoje ao dispor dos movimentos sociais e das instituições, como é o caso das redes informáticas e da democracia electrónica. As potencialidades e desafios colocados pelas novas tecnologias da informação e comunicação no aprofundamento da democracia oferecem-se actualmente como um campo incontornável no aprofundamento da cidadania. Por esse motivo, a viabilidade de uma cidadania activa, seja de âmbito local, nacional ou transnacional depende, em larga medida, da capacidade de pôr esses meios ao serviço dos cidadãos.

No actual cenário de crise, de contracção do Estado social, de debilidade do movimento sindical, de ameaça à coesão social e de crescente individualização das relações sociais, começa a crescer o espectro – se bem que ainda algo difuso – de desmembramento do tecido social. A continuarmos neste caminho, isto é, se o “trabalho” deixar de assumir-se como o elo tradicional de ligação entre o indivíduo e a sociedade mais geral, se o campo profissional deixar de cumprir a sua função de reconhecimento e de conquista de estatuto social, não apenas se promove o alastramento da precariedade, da pobreza e do desemprego, mas é o próprio sentido identitário, quer individual quer das colectividades, que pode desmantelar-se em definitivo. Compete aos cidadãos e aos seus movimentos e associações, designadamente ao sindicalismo, velar pela defesa do contrato social e dar continuidade a alguns dos valores que ao longo dos últimos duzentos anos orientaram as lutas sociais em prol da democracia e da justiça social.

Durante todo esse tempo o movimento sindical internacional tornou-se o motor fundamental da transformação social da era moderna. As promessas por cumprir no campo da justiça social não serão hoje da exclusiva responsabilidade

dos sindicatos. Mas, em variadíssimos domínios da vida democrática a experiência militante do sindicalismo pode desempenhar um papel decisivo. Importa para tanto que, perante a crise que se abate sobre a esfera sindical, se encontrem respostas que vão no sentido da abertura e do estreitamento das alianças com outros actores da sociedade civil, combatendo o dogmatismo, a burocracia, a rigidez de procedimentos e renovando as suas lideranças, desde o nível empresarial e sectorial às uniões e federações de âmbito distrital e nacional.

Infelizmente, no nosso país, o esforço nesse sentido tem sido demasiado ténue para poder ser levado a sério. Para além das conhecidas dificuldades no plano da acção solidária transnacional (Costa, 2004 e 2005), é praticamente nulo o papel do movimento sindical português na dinamização da sociedade civil e na construção da cidadania activa em espaços exteriores à esfera restrita das relações laborais. Mesmo em momentos em que as condições para tal foram particularmente propícias, como foi o caso do Fórum Social Português em 2003, o papel do movimento sindical (designadamente da CGTP) nesse processo organizativo foi muito criticado – e em minha opinião, justamente⁴ –, devido às repetidas tentativas de hegemonizar e instrumentalizar o movimento associativo (Santos, 2003).

A construção de alternativas direccionadas para tornar mais efectivo o exercício da cidadania, e conseqüentemente revitalizar a vida democrática do país, tem de passar pelo idealismo voluntarista, sem o qual não é possível exercer pressão sobre as instituições e os governos e ao mesmo tempo abrir novos horizontes de cariz emancipatório. Há um vasto conjunto de exemplos, sobretudo de âmbito local e regional, construídos sob lógicas comunitárias e mecanismos participativos alternativos – organizados na base de colectividades tradicionais, culturas e etnias indígenas, associações de produtores, redes de comércio solidário, cooperativas, experiências gestionárias, orçamentos participativos e novas formas de gestão urbana, redes e movimentos de

⁴ Testemunhei isso mesmo pessoalmente em várias reuniões onde estive presente, em que a corrente mais ortodoxa dessa central mostrou claramente todo o seu dogmatismo, fechamento, e défice de cultura democrática.

solidariedade internacional, organizações voluntárias e movimentos sociais de diversos tipos – que vêm demonstrando, em diversas regiões do mundo, que a tecnocracia, o mercantilismo, a competição selvagem, a privatização dos serviços públicos, a submissão ao consumismo alienante não são uma fatalidade inelutável.

Para que tais exemplos ganhem consistência na sociedade portuguesa é necessário contar com a colaboração mais efectiva do sindicalismo. Se o reforço da democracia e da cidadania exigem o contributo da mais ampla diversidade de actores sociais e estruturas organizadas, também a centralidade do movimento sindical nesse processo é inquestionável. Resta saber se as dificuldades com que o mesmo se debate hoje, darão lugar, a prazo, a uma reflexão crítica que conduza a uma real renovação e abertura à sociedade, ou se conduzirão a uma ainda maior implosão e atrofia. Só a primeira hipótese poderá responder à necessidade de revitalização da democracia.

Referências bibliográficas

- Appadurai, Arjun (Ed.) (2001), *Globalization*. Durham, NC: Duke University Press.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society*. London: Sage;
- Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Burawoy, Michael (1985), *The Politics of Production*. Londres: Verso.
- Burawoy, Michael, et al. (2000), *Global Ethnography: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley/London: University of California Press.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde (2004), “25 de Abril em retrospectiva”, *Jornal Le Monde Diplomatique* – edição portuguesa, nº 61, Abril, pp. 2-4.
- Castanheira, José Pedro (1985), “Os sindicatos e a vida política”, *Análise Social*, XXI(87-88-89), 801-818.
- Castells, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, Vol.1. São Paulo: Paz e Terra.
- Cerdeira, Maria da Conceição (1997), “A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995”, *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 1, pp. 46-53.

- Costa, Hermes Augusto (2004), “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual”, *Oficina do CES*, 208.
- Costa, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (tese de doutoramento).
- Dahrendorf, Ralf (2005), “Ascensão e queda da meritocracia”, artigo de opinião no jornal *Público*, 2/05/2005, p. 7.
- Delicado, Ana (2003), “A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo”, in Jorge Vala; M. Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, pp. 199-256.
- Dornelas, António (2006), *Livro verde sobre as Relações Laborais*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Erikson, Robert e Goldthorpe, John (1992), *Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Estanque, Elísio (2003), “O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in M. Villaverde Cabral e outros, *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa, ICS/ISSP, pp. 69-105.
- Estanque, Elísio (2004) “A Reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in Boaventura S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, pp. 297-334.
- Estanque, Elísio (2005), “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71, Coimbra: CES, 2005, pp. 113-140.
- Estanque, Elísio; Nunes, João Arriscado (2003) “Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 5-44.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel (1998) *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, António Casimiro (2005), *Trabalho Procura Justiça: Os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Frege, Carola M; Kelly, John (2004), *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Global Economy*. Oxford/Nova Iorque: Oxford UP.
- Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l'Agir Communicationnel* (vols. 1 e 2). Paris: Fayard.
- Habermas, Jürgen (1998), *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: D. Quixote.
- Herod, Andrew (2001), *Labor Geographies: Workers and the Landscapes of Capitalism*. Londres/Nova Iorque: Guilford Press.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 7-32.
- Jones, G. Stedman (1989), *Languages of Class – Studies in English Working Class History 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Lima, Marinús Pires de (1991), “Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)”, *Análise Social*, 114, 905-947.
- Lima, Marinús Pires de *et al.* (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Lockwood, David (1966) [1958], *The Blackcoated Worker: A Study in Class Consciousness*. Oxford: Clarendon Press.
- Lucena, Manuel de (1985), “Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português”, *Análise Social*, XXI(87-88-89), 819-865.
- Marshall, Thomas Humphrey (1977) [1964], *Class Citizenship and Social Development*. Londres/ Chicago: Chicago University Press.
- Martins, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Méda, Dominique (1999), *O trabalho – Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- Mendes, José Manuel de Oliveira (2001), “Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade e das desigualdades sociais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 79-102.
- Michels, Robert (2001), *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: Antígona.
- Moody, Kim (1997), *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. Londres: Verso.
- Murillo, Maria Victoria (2001), *Labour Unions, Partisan Coalitions and Market Reforms in Latin America*. Cambridge: Cambridge UP.
- Offe, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: MIT Press.
- Pakulsky, Jan; Waters, Malcolm (1996), *The Death of Class*. Londres: Sage.
- PNUD (2004), Relatório do Desenvolvimento Humano – *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Queluz: Mensagem/ Recursos Editoriais.
- Ruyseveldt, Joris; Visser, Jelle (1996), *Industrial Relations in Europe*. Londres: Sage.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos da globalização”, in B. S. Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura S. (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura S. (2003), “Carta aberta ao Secretário Geral da CGTP”, artigo de opinião no *Jornal Público*, 19/07/2003.
- Santos, Boaventura S. (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.

- Santos, Boaventura S. (org.) (1993), *Portugal – Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Schmitter, Philippe; Lehbruch, Gerhard (1979), *Trends Towards Corporatist Intermediation*. Londres: Sage.
- Thompson, E. P. (1987) [1963], *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (vols. I, II e III).
- Tilly, Charles (Ed.) (1996), *Citizenship, Identity and Social History (International Review of Social History – Supplement 3)*. Cambridge: University Press.
- Visser, Jelle (2004), “Patterns and variations in European industrial relations”, in European Commission, *Industrial Relations in Europe 2004*. Bruxelas: Employment and Social Affairs DG.
- Waterman, Peter (2002), “O internacionalismo sindical na era de Seattle”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 33-68.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres: Verso.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts*. Cambridge: Cambridge UP.